

3 OUT 1995

Um Mínimo de Ética *Congresso*

13 OUT 1995

É injusto nivelar todos os parlamentares pelo comportamento de alguns, mas deixar sem comentário os hábitos que depõem contra o Congresso seria dar aos pilantras o benefício da convivência. Sociedade que se preza não receia de abalar a democracia por apontar nos seus representantes hábitos que afrontam os eleitores.

O cidadão não consegue conter a indignação quando lê, ouve ou vê na televisão deputados que se destacam pelo espírito folclórico reclamando da quantia líquida de R\$ 5.284 que recebem — descontados o imposto de renda e a contribuição para a aposentadoria aos oito anos de mandato — como se os demais brasileiros tivessem sobra de salário.

Deputados pertencem à minoria que recebe R\$ 8 mil para cobrir as despesas de família e pessoais, mas devidamente reforçados por privilégios: em Brasília moram de graça em apartamentos de quatro quartos ou, quando preferem, recebem ajuda de moradia no valor de R\$ 1.700. O salário na verdade é de R\$ 9.700, sem falar do *por fora*. É privilégio porque empresas privadas nem outras funções públicas cobrem despesas de moradia. Mais: os parlamentares têm direito a uma verba de R\$ 10 mil para pagar assessores, em Brasília ou nos estados; quatro passagens de ida e volta por mês (que, se não forem utilizadas,

podem ser trocadas por vôos internacionais); verba de R\$ 1.200 cobre a tarifa telefônica e os gastos postais.

Quem, como os deputados, têm direito a empréstimos subsidiados na previdência deles, a juros de 3,6% ao mês? É inexplicável que, no exercício do mandato (portanto, usando a influência da instituição), deputados possam se habilitar a créditos oficiais. Não é preciso lei para acabar com isso: basta um mínimo de ética.

“Dá prejuízo mas é muito gostoso” ser deputado, diz um que se destaca pela falta de pudor com que se elege. Para um certo tipo de vida decente, o que um deputado recebe — em espécie e em valor — é mais que suficiente para manter a dignidade (quando a tem). Os exibicionistas e os que reinvestem os subsídios no próprio eleitorado, como se o mandato se reservasse ao assistencialismo, acham pouco o que recebem. Os que dão ao partido, por compromisso particular, parcela do que recebem, devem renegociar, e não querer que os cidadãos subsidiem a legenda. Quanto aos encalacrados, tratem de gastar menos e pagar as dívidas, ou expliquem direitinho o que fazem com os ganhos. Ninguém se elege para ficar rico, e fica mal afrontar o eleitor pedindo aumento.

Junto com as reformas constitucionais, a opinião pública espera pela reforma moral que está custando a se apresentar.

JORNAL DO BRASIL